

SENADOR TASSO JEREISSATI

Atividades Parlamentares
2003 - 2006



Atividades Parlamentares
2003 - 2006

senador TASSO JEREISSATI



ÍNDICE

Introdução	07
Ética na Política	09
Promoção do Desenvolvimento Econômico	11
Promoção do Desenvolvimento Social	23
Promoção do Desenvolvimento Regional	29
Promoção do Desenvolvimento do Ceará	35
Reforma Política e Legislação Eleitoral	39
Números, palavras e imagens do mandato	41



*M*uito mais do que mera divulgação das atividades desempenhadas como senador, esta publicação pretende ser um meio de prestação de contas ao povo cearense, que em 2002 me honrou com 1.915.781 votos. Se este documento não se prenderá a aspectos técnico ideológicos, por outro lado, não deixará de abordar minhas opiniões nem meu pensamento sobre diversos temas, posto que são o fundamento de minhas ações no parlamento.

Nesta primeira metade de meu mandato, tanto eu quanto o PSDB, do qual com muito orgulho me tornei pela segunda vez presidente, a partir de 2005, colocados que fomos na oposição ao Governo Federal pelas eleições de 2002, procuramos construir um novo modelo de atuação parlamentar, em particular, no Senado Federal.

Assim, independentemente das diferenças ideológicas que afastavam os programas do PSDB e PT, buscamos exercer uma oposição construtiva, cumprindo nosso papel fiscalizador sem, entretanto, deixar de apoiar as iniciativas governamentais que entendíamos positivas, importantes para o desenvolvimento do País e justas para a sociedade brasileira, como um todo. Não nos escusamos em apresentar também opções ao que foi proposto, trazendo novas idéias ao debate das grandes questões nacionais.

Na área econômica, o compromisso com a estabilidade econômica e o equilíbrio fiscal sempre foi o principal parâmetro utilizado na análise das propostas do Governo Lula, merecendo nosso apoio todas as medidas que não contradiziam essas conquistas, tão arduamente obtidas com os governos tucanos. Também apoiamos outras medidas, que reconhecíamos, com humildade, representar avanços ao que já fora construído.

Na área social, desde o início apontávamos para as falhas e incoerências do modelo seguido pelo Governo Federal. Já a partir do fracassado Fome Zero que, por absoluta incompetência gerencial, jamais decolou, até as distorções do Bolsa Família, passando pela fragilização da rede de proteção social em função do apelo populista das ações governamentais, tudo foi por nós questionado, quer na tribuna, quer nas discussões com as lideranças do Governo, quer nos meios partidários, ou mesmo em manifestações públicas e entrevistas.

No ambiente político, as relações inicialmente amistosas, sempre em prol dos interesses maiores do País, passaram a se deteriorar à medida que surgiram os primeiros indícios de corrupção no Governo Lula. Criou-se um clima de desconfiança crescente, que a cada dia se realimentava com novos escândalos.

Cumprindo o dever de fiscalizar as ações do Executivo, nosso partido, o PSDB, tomou a linha de frente de apuração das denúncias, indo a fundo na investigação pelos meios próprios e constitucionais, como na participação nas CPLs. Infelizmente, o nível de corrupção no Governo se mostrou tão extraordinário, que o parlamento teve suas atividades, de meados de 2005 até o final da legislatura, em 2006, dominadas quase que exclusivamente por temas envolvendo escândalos no âmbito do Executivo Federal.

Ainda assim, a despeito de toda a agitação política, não nos descuidamos da atividade parlamentar ordinária, buscando cumprir, nestes quatro anos, a missão a nós confiada, levando ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, os anseios, as necessidades, as exigências, o sofrimento e o ideal do povo do Ceará.

Entendo-me como instrumento deste mesmo povo, como representante dos interesses do meu Estado na Federação. É portanto aos cearenses que apresento este trabalho, que é, ao mesmo tempo, a devida prestação de contas e autêntica reafirmação do compromisso com nossa gente.

Muito obrigado.



Tasso Jereissati



ÉTICA NA POLÍTICA

“Não pretendemos ensinar o PT a governar, mas não seguiremos a nefasta lição de oposição dos petistas, que sempre apostaram no fracasso do Governo como a melhor forma de agir e hoje se afundam em um poço de contradições. Da mesma forma, recusamo-nos veementemente a aceitar a mexicanização da política brasileira, já preconizada aqui em discurso brilhante pelo senador Jefferson Péres. Somos oposição, fomos levados a ela pelo povo brasileiro e vamos cumprir com o nosso dever de fiscalizar.”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati analisando o relacionamento governo/oposição, em 17 de março de 2004.

COMBATE À CORRUPÇÃO

A partir de meados de 2005, o cenário político nacional foi dominado por inúmeros escândalos de corrupção. Jamais se ouvira falar desta prática de forma tão abrangente e sistemática. O que começara a se prenunciar no caso de Valdomiro Diniz, assessor do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, que, em imagens divulgadas ainda no início de 2004, surgia recebendo propina de um empresário de jogos, repetiu-se no episódio de um funcionário dos Correios flagrado recebendo um maço de dinheiro para favorecer participantes de licitação na empresa. Em consequência, vários auxiliares diretos do Presidente deixaram seus cargos devido a seus envolvimento nos escândalos.

Neste ambiente, o senador Tasso Jereissati destacou-se na denúncia e na investigação das irregularidades e crimes contra o dinheiro público. Vale salientar que ele buscou, desde o início do Governo Lula, fazer uma oposição responsável e construtiva, sempre apoiando as medidas que entendia necessárias e importantes para o País.

Seguindo essa linha de atuação o senador Tasso debruçou-se sobre as inúmeras proposições do Executivo, buscando aprimorá-las colaborando com aquelas que considerasse interessantes ao País. Dentre elas, ressalta-se o projeto das Parcerias Público Privadas (PPPs). A partir da defesa do patrimônio público, Tasso destacou-se durante as CPI's que investigaram os escândalos de corrupção. Ele integrou a CPI dos Bingos, na qual interveio de forma firme na busca dos esclarecimentos exigidos pela sociedade sobre a seqüência de denúncias que envolveram a estrutura do Governo Federal e sua relação com o Partido dos Trabalhadores.

PROJETO EXCLUI MAUS GESTORES DAS ELEIÇÕES

Preocupado com o nível de corrupção na esfera pública brasileira, em 2005, o senador Tasso Jereissati apresentou projeto de lei no Senado (PL 323/2005), tornando mais rigorosa a lei de Inelegibilidade, para dificultar a candidatura de gestores públicos cujas contas tenham sido rejeitadas por irregularidades insanáveis e decisão irrecorrível do Tribunal de Contas, referendada pelo órgão legislativo competente.

Pela legislação atual, segundo Jereissati, os administradores com contas desaprovadas por malversação ou desvios de recursos públicos conseguem os registros de suas novas candidaturas, desde que protocolem na justiça comum petição de contestação à reprovação de suas contas. Esse procedimento é suficiente para que eles consigam, com amparo na lei, ser candidatos.

A nova redação exige que a petição apresentada, para assegurar o direito ao registro das candidaturas, nesses casos, receba uma apreciação preliminar da justiça, através de pedido de liminar ou de tutela antecipada, para efeito de deferimento da autoridade judiciária. Isso, segundo Jereissati, "leva a pressupor que o seu pleito, por apresentar indícios de bom direito, possa vir a ser acolhido quanto ao seu mérito". Indeferida, porém, a liminar, também será indeferido o pedido de registro. O Projeto de lei (PL 323/2005) encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para votação.

"O maior mal que este Governo e este Partido têm feito não é à economia, não são aos hábitos administrativos, mas principalmente ao comportamento, à postura, à ética"

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati no qual critica a condução do Governo Federal na questão ética, em 19 de janeiro de 2006.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

“O Governo, em vez de ter a humildade de reconhecer que é gordo, pesado e perdulário, sendo, portanto, responsável pelo baixo nível de investimento e pela retomada inflacionária, prefere punir as empresas e os consumidores, aumentando os juros de forma excessiva, para compensar o nítido descontrole dos gastos públicos.”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati, no qual cobra ações governamentais com vistas ao crescimento sócio-econômico brasileiro, em 4 de maio de 2005.



OS GRANDES TEMAS DA ECONOMIA

As primeiras manifestações do senador Tasso Jereissati no Senado, em 2003, foram de cobrança ao Governo Federal por reformas consistentes que priorizassem o Nordeste na superação das suas desigualdades, e pela adoção de uma política econômica nacional, com mais criatividade e ousadia. Durante os primeiros quatro anos do seu mandato parlamentar, Tasso manteve o que ele chamou de oposição construtiva diante das decisões econômicas do Executivo, sem, porém, deixar de exercer suas duras críticas, como por exemplo, à política de juros altos do Banco Central. Foram enfáticos os seus pronunciamentos sobre a necessidade de serem adotadas medidas concretas na economia brasileira que pudessem, aproveitando o momento favorável em todo o mundo, assegurar maior crescimento econômico do País.

Foi com esse espírito que Tasso Jereissati integrou-se ao debate de temas e projetos que ocuparam a pauta econômica do Senado, nos últimos quatro anos, como a Reforma Tributária, Projeto das Parcerias Público-Privadas, Novo Salário Mínimo, Nova Lei de Falências, Microcrédito e Super-Receita.

Também ocuparam a atenção do senador pareceres que trataram de temas como modernização industrial, benefício para municípios com o refinanciamento de dívidas, isenção para taxistas e deficientes da cobrança do Imposto sobre Produtos Importados (IPI), redução da carga tributária sobre profissionais liberais e regulação das agências de viagens.

No tocante à apresentação de propostas legislativas, foram de sua autoria os projetos de lei que tratam da ampliação do Fundo Garantia-Safra e do Incentivo à Parcerias no campo. No campo das propostas de emenda à Constituição, duas tramitam no Senado. A primeira, fortalece o sistema das Agências Reguladoras, tornando seus princípios constitucionais. Já a segunda PEC de autoria do senador enfoca a cobrança da CPMF. Leia, a seguir, detalhes das principais atividades do senador no campo do desenvolvimento econômico.

EM DEFESA DO CONTRIBUINTE

O senador Tasso Jereissati teve decisiva participação nas negociações sobre a Reforma Tributária aprovada no Senado Federal no final do ano de 2003. Sua experiência, como Governador do Ceará, aliada à sua vivência empresarial, credenciaram-no a ser um dos mais participativos senadores no debate da matéria durante o segundo semestre daquele ano – o primeiro de sua experiência parlamentar.

O senador alertou que a proposta apresentada pelo Governo era “perversa e inaceitável”, pois para ele iria prejudicar os Estados pobres, gerando uma situação ainda maior de injustiça e desequilíbrio. Reconheceu que na mensagem do Executivo havia uma preocupação com o enfoque arrecadador da União,

dos estados e dos municípios, e que não atendia aos anseios da sociedade de redução de carga tributária, muito menos trazia solução para o intrincado sistema tributário nacional. “É hora de uma reforma que mude a estrutura tributária trazendo maior eficiência e crescimento da economia brasileira”, disse no início da discussão da matéria no Senado.

E foi com base nessa sua inquietação que, em outubro de 2003, Tasso Jereissati apresentou um projeto alternativo de reforma denominado “Uma Reforma Tributária para o Crescimento, a Produção, o Emprego e a Federação” – proposta que recebeu apoio integral do PSDB e de outros partidos, como o PFL. Um projeto de Reforma Tributária em três etapas, em que se atenderiam inicialmente às urgentes necessidades de caixa dos governos, para a adoção em seguida de uma gradual redução de tributos e simplificação do sistema. Proposição que tinha como metas descomplicar o sistema e beneficiar o contribuinte.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta foi apresentada em forma de substitutivo. Durante seu detalhamento, o senador destacou que “além do equilíbrio fiscal, outros elementos fundamentais da reforma são a defesa do contribuinte, a melhoria da competitividade da economia e o fortalecimento da Federação”. Na ocasião, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), destacou que a proposta tinha a “capacidade de promover uma verdadeira reforma tributária no País”.

O enfoque dado por Tasso Jereissati foi a desoneração das atividades produtivas e a redução da carga tributária de forma gradual, mas consistente. Foi dele a idéia de redução da alíquota da CPMF em etapas, diminuindo-a ano a ano, até um nível próximo de zero. Proposta que tramita no Senado, em forma de emenda à Constituição.

As enormes dificuldades encontradas nas negociações, em virtude dos interesses dos governadores receosos de perderem receitas, foram contornadas após diversas reuniões das quais participaram também representantes do Governo Federal. Em Dezembro de 2003, o plenário do Senado Federal aprovou o projeto de Reforma Tributária, resultante de uma ampla discussão que contou com a participação efetiva do senador Tasso Jereissati, que também teve forte atuação nos debates em torno das reformas da Previdência e do Poder Judiciário, votadas pelo Senado.

“Uma reforma tributária que se preze visa a alguns conceitos básicos: aumentar a eficiência da economia, dando-lhe espaço para o crescimento sem tirar a capacidade do Estado brasileiro de investir; desonerar a produção, as exportações, os investimentos e o emprego, diminuindo a regressividade do sistema; simplificar o sistema; reduzir o número de impostos, contribuições e taxas; diminuir a informalidade; minimizar os danos sobre a eficiência e a competitividade; acabar com a guerra fiscal e promover o equilíbrio regional; promover a distribuição mais justa de renda; garantir o equilíbrio do setor público no longo prazo”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati ao defender ampla discussão da Reforma Tributária no Senado Federal, em 27 de março de 2003.

PEC FORTALECE TRABALHO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

O senador Tasso Jereissati apresentou, em 2003, proposta de emenda à Constituição que fortalece as agências reguladoras brasileiras, assegurando-lhes a necessária estabilidade, tornando seus princípios constitucionais. Para o senador, o objetivo da emenda é preservar o interesse pelo respectivo setor, estimular a qualidade e expansão dos serviços e proteger o consumidor. Tasso destacou na sua justificativa a criação das agências com a finalidade de proporcionar, no meio ambiente nacional, as condições de estabilidade, previsibilidade e regulamentação ao mercado, harmonizando os interesses estatais com os empresariais e do consumidor.

Para alcançar tais objetivos, Tasso entende que se tornam necessários instrumentos que impeçam a constante mudança de regras e coloquem os mercados e sua regulação “a salvo das variações de humores dos condutores da máquina pública”. Por isso, propôs a constitucionalização de princípios normatizadores a serem observados pelas agências, com vistas às necessidades brasileiras de atrair e manter o capital produtivo no País, proporcionando a expansão dos investimentos de longo prazo na infra-estrutura e nos serviços públicos essenciais, assim como o incremento do emprego e da renda.

São princípios de proteção do interesse público, dentre outros, a defesa do consumidor e da concorrência, promoção da livre iniciativa, mínima intervenção na atividade empresarial, universalização, continuidade e qualidade dos serviços, imparcialidade, transparência e publicidade, independência funcional, decisória, administrativa e financeira, estabilidade e previsibilidade das regras, notória capacidade técnica e reputação ilibada dos dirigentes, vinculação aos regulamentos, contratos e pactos.

BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS, TAXISTAS E DEFICIENTES

Em 2003, o Senado aprovou projeto de lei, com base em parecer do senador Tasso Jereissati, que reabriu prazo aos municípios que refinanciaram suas dívidas com a União, para que pudessem contratar empréstimos em bancos estrangeiros, BNDES e Caixa Econômica. A medida beneficiou diretamente os municípios que estavam impedidos pela legislação vigente de operar esse tipo de empréstimo.

Na mesma Medida Provisória, foi prorrogada para dezembro de 2006, sem restrição, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos a álcool ou com sistema de combustão reversível para taxistas, como também de automóveis nacionais, cadeiras de rodas com dispositivo eletrônico ou mecânico por portadores de deficiência física. No seu parecer, o senador estendeu os benefícios também aos portadores de deficiência mental e aos autistas.

PROJETO ESTIMULA PARCERIAS AGRÍCOLAS

No âmbito do fortalecimento da agricultura, o senador Tasso Jereissati apresentou, em julho de 2003, projeto de lei – PL 226/2003, no qual incluía como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtos rurais, bem como os quilombolas. O projeto foi aprovado, em outubro de 2006, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, e foi encaminhado para a Câmara dos Deputados onde aguarda nova votação.

Na sua justificativa, Tasso Jereissati alertou que o arrendamento e a parceria rural são formas contratuais bastante utilizadas em todo o mundo, que

possibilitam o acesso à terra, até mesmo aos trabalhadores rurais mais pobres. No caso brasileiro, os contratos agrícolas são regulamentados pelo Estatuto da Terra.

O projeto reconhece que apesar de serem suficientemente regulamentados pela legislação brasileira, os contratos agrícolas não são tão populares em comparação com outros países como a Índia e o Paquistão. No Brasil, segundo Tasso, o excesso de contratos informais reconhecidos como válidos pelo Estatuto da Terra provoca um clima de insegurança, tanto para os proprietários como para os arrendatários.

No caso dos proprietários, há o risco de que os arrendatários venham pleitear junto à justiça o pagamento de direitos trabalhistas, e também o risco para a própria propriedade da terra, haja vista a grande pressão pela reforma agrária existente nas regiões tradicionais de arrendamento. Para os arrendatários, o risco se deve, segundo a justificativa do projeto, à possibilidade de descumprimento do contrato, graças ao poder político dos proprietários da terra.

No Brasil, em 2001, foi criada a instituição dos condomínios e dos consórcios agrários, integrados por agrupamentos de pessoas físicas ou jurídicas, constituídos por sociedades por cotas, com o objetivo de exercer atividade agropecuária, extrativista vegetal, silvicultura, artesanal e agroindustrial. Com essa nova instituição, os pequenos agricultores passaram a ter a condição de ampliar a escala de produção, aumentando seu poder de barganha na compra dos insumos agrícolas e na venda da produção, além de facilitar a obtenção de crédito rural.

E para reduzir a insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias, o senador defendeu a necessária criação de mecanismo de incentivo à formalização dos contratos agrícolas. E um desses mecanismos seria o reconhecimento dos arrendatários e parceiros que possuam contrato agrário formalizado, para serem beneficiados do Sistema Nacional de Crédito Rural. Desta forma, o projeto de Tasso amplia o benefício.

Ao final da justificativa, o autor ressaltou a necessidade de se viabilizar o crédito rural aos detentores de contratos agrários formais e, conseqüentemente, incentivar essas formas alternativas de acesso à terra, contribuindo, assim, para a redução dos problemas fundiários brasileiros.



AMPLIAÇÃO DO FUNDO GARANTIA-SAFRA

Além de proposta relativa às parcerias, o senador Tasso Jereissati apresentou, ainda em 2003, um novo projeto de lei com ênfase na questão agrária. A proposta incluiu o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra. A idéia é estimular as parcerias agrícolas, como meio de modernizar a produção no campo, redu-

zindo a mútua desconfiança entre trabalhador e proprietário, evitando os conflitos no campo.

A proposta de Tasso estende os benefícios do Fundo Garantia-Safra aos proprietários das terras que estejam inscritos em conjunto com os pequenos agricultores, no correspondente a uma área não superior a quatro módulos. Desta forma, o proprietário se veria estimulado a adotar o sistema de parceria, fazendo jus à indenização no caso de perda da safra por seca ou enchente, de forma rateada de acordo com o contrato formal, obrigatoriamente firmado entre as partes no momento da inscrição.

Na defesa da sua proposta, o senador fez críticas ao atual sistema de submissão do meeiro aos interesses do proprietário da terra, que estabelece arbitrária e informalmente as condições da meação, em desequilíbrio. O projeto, assim, constitui-se um instrumento de regulação dessas relações, preservando os direitos das partes.

PROPOSTA DEFENDE REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em dezembro de 2006, por unanimidade, a proposta de emenda constitucional (PEC) nº 57 de 2004, de autoria do senador Tasso Jereissati, relatada pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira (CPMF) e reduz gradualmente a sua alíquota até o valor de 0,08% no segundo semestre de 2010.

A CPMF foi criada em 1993 como IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) para gerar recursos à saúde. Esse imposto foi renovado em 1994, passando a ser contribuição a partir de 1997 com alíquota de 0,2%. Em 1999, a alíquota da CPMF foi elevada para 0,38%, sendo reduzida para 0,30% em 2000 e novamente voltando para 0,38% em 2001.

A proposta do senador Tasso Jereissati decorreu de um compromisso não cumprido pelo atual Governo de enviar ao Congresso Nacional uma proposta de redução gradual da CPMF, por ocasião de sua última renovação pela emenda constitucional nº 42 de 19 de dezembro de 2003.

Reconhecendo a importância dessa contribuição para o equilíbrio fiscal, Tasso propôs que a CPMF prevista para terminar em dezembro de 2007 fosse prorrogada. Essa prorrogação, no entanto, dar-se-á com a alíquota de 0,28% a partir de janeiro de 2008, sendo essa alíquota reduzida sucessivamente no dia primeiro de cada semestre até, que alcance o valor de 0,08% no segundo semestre de 2010, quando então se tornará permanente, com sua arrecadação direcionada integralmente à seguridade social. O senador acredita que a renovação com a redução gradual da CPMF é a melhor maneira de terminar uma contribuição.

A LUTA POR MUDANÇAS NAS PPPs

A postura de defesa dos interesses dos contribuintes fez com que o senador Tasso Jereissati tivesse uma atuação destacada nas discussões do projeto das Parcerias Público-Privadas (PPPs), que foi amplamente debatido no Senado no ano de 2004. Ao final, após inúmeras discussões com representantes do Executivo, ele conseguiu inserir na proposta importantes alterações no texto aprovado no Senado. “Foi uma vitória da moralidade e do compromisso com o equilíbrio das contas públicas, constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei das Licitações, que não estavam contempladas no projeto”, disse Tasso após a aprovação da matéria.

As PPPs são disponíveis apenas para investimentos superiores a R\$ 20 milhões e funcionam como uma nova modalidade de contrato com o setor público, no qual o investidor privado antecipa os recursos que não estão disponibilizados pelo poder público para obras e serviços. Durante a discussão da matéria, o senador identificou deficiências no projeto que comprometiam o equilíbrio entre os interesses público e privado.

O primeiro problema era que, pela proposta do Governo, as PPPs iriam comprometer a Lei de Responsabilidade Fiscal. Já por outro lado, o processo de seleção dos parceiros privados também desrespeitava a Lei de Licitações, o que daria margem ao dirigismo e à corrupção. Outra questão levantada por ele foi a falta de limite à participação e financiamento dos empreendimentos com recursos públicos.

Essas questões foram referências para que o senador Tasso cobrasse transparência da proposta governamental. Sua posição crítica fez com que o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o presidente do partido, José Genoíno, ingressassem com uma interpelação judicial contra Tasso no Supremo Tribunal Federal, que foi rejeitada pelo Ministro Eros Grau.

Juntamente com o senador Rodolpho Tourinho, Tasso Jereissati atuou na elaboração das propostas da oposição para corrigir as falhas do projeto. No Senado, a matéria foi debatida durante nove meses. Em dezembro de 2004, o plenário do Senado aprovou o projeto e, na oportunidade, tendo assegurado correções das distorções originais, Tasso considerou que todo o processo legislativo “foi uma lição da democracia”. Como relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, ele conseguiu preservar o interesse público, ao assegurar o respeito às regras legais previstas nas Leis de Responsabilidade Fiscal e de Licitações. O Governo aceitou praticamente todas as propostas da oposição.





COMISSÃO MISTA DEBATE NOVO SALÁRIO MÍNIMO

Devido sua participação efetiva no debate econômico no Senado, em 2004 o senador Tasso Jereissati presidiu a Comissão Mista do Congresso, encarregada de examinar a questão do Salário Mínimo no Brasil. Na oportunidade, a Comissão analisou a Medida Provisória que aumentava o Mínimo, naquele ano, para R\$ 260,00 – conforme proposta encaminhada pelo Poder Executivo. Os debates em torno da MP envolveram especialistas como o então secretário municipal do Trabalho de São Paulo, Márcio Pochmann; o consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Néri; o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas; e o presidente

da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), João Lima. Também participou dos debates, o então ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega.

No mesmo período, o senador participou de várias reuniões com a liderança do Governo no Senado e representantes do Ministério da Fazenda nas quais foi discutida a MP que estabelecia as modificações nas regras de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS-Pasep. Ao final da votação, no plenário, Tasso voltou a advertir que aquela medida caracterizava-se como mais um aumento de tributo, mesmo após a introdução de modificações e correções no projeto original do Governo, por conta de propostas de sua autoria.

PARECER GARANTE MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL

Diante da necessidade de se investir em novas tecnologias, incremento fundamental para a retomada da produção industrial do País, o senador Tasso Jereissati justificou o seu parecer, ainda no ano de 2004, pela aprovação da Medida Provisória que criou o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - Modermaq. O programa foi criado com o intuito de beneficiar as indústrias de capital com financiamentos subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) - destinados à aquisição de máquinas e equipamentos.

Em sua justificativa, Tasso reconheceu “o inegável papel estratégico que o setor de bens de capital desempenha como indutor da modernização tecnológica de todos os segmentos produtivos e como base do processo de retomada do crescimento sustentado da economia”. O senador ressaltou, porém, que a proposta apresentada pelo Governo Federal, através da MP, foi inspirada no Programa de Modernização da Frota de Máquinas e Imple-

mentos Agrícolas - Moderfrota, criado no Governo FHC e que teve como finalidade assegurar o financiamento de aquisição de tratores, máquinas e implementos agrícolas - o que foi fundamental para a melhoria dos indicadores de produção agrícola no País e pela sensível melhora na produtividade, com expressiva elevação do nível das exportações e dos investimentos diretos e indiretos.

EMENDA FAVORECE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Preocupado com a necessidade de corrigir as distorções praticadas pelo Governo, quanto à alta carga tributária exercida sobre os contribuintes, o senador Tasso Jereissati apresentou, em 2004, emenda ao projeto que definia a cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) dos profissionais liberais. Pela proposta original da Câmara, combatida por Tasso, o profissional liberal deveria pagar, além do Imposto de Renda, também o ISS, que seria calculado sobre o total dos seus gastos. Esse modelo de cobrança, caracterizaria uma bitributação inaceitável.

Durante a análise da matéria no Senado, Tasso Jereissati considerou que a cobrança seria uma “gravíssima injustiça em termos tributários”, uma vez que os profissionais liberais já recolhiam Imposto de Renda sobre os ganhos, estando a maioria enquadrada na alíquota de 27,5% - o maior índice de cobrança pelo Fisco. Além de defender a medida no Senado, ele mobilizou-se na Câmara Federal, para impedir a bitributação.

Como beneficiados da medida proposta por Tasso estão os profissionais médicos, os que realizam análises clínicas, eletricidade médica, radioterapias, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres, enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária), médicos veterinários, contadores, auditores, guarda-livros, técnicos em contabilidade, agentes da propriedade industrial, advogados, arquitetos, engenheiros, agrônomos, urbanistas, além de dentistas, economistas e psicólogos.

DEFESA DE CRÉDITO PARA OS MAIS POBRES

O início dos trabalhos legislativos de 2005 foram dominados, em especial na Comissão de Assuntos Econômico (CAE), pelo debate em torno da Medida Provisória 226/04, que criava o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. A decisão do Governo de criar este programa por meio de MP foi duramente criticada pelo senador Tasso Jereissati, que na ocasião alertou que existiam dúvidas sobre a proposta, uma vez que não estava estabelecido na lei o conceito de atividade produtiva de pequeno porte. Dois outros questionamentos foram feitos pelo senador – um sobre os critérios utilizados para os agentes financeiros repassarem os recursos públicos e um segundo, sobre os requisitos de habilitação de instituições de microcrédito produtivo orientado.

Suas dúvidas motivaram uma audiência pública, com a presença do presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães. Ao apresentar detalhes do balanço operacional do Banco, em 2004, Tasso ressaltou o fraco desempenho do banco naquele ano, taxando-o de ridículo e dizendo que causou prejuízo. O senador ainda demonstrou que no mesmo período enquanto o banco liberou um total de R\$ 20 milhões ao consumidor, utilizou R\$ 25 milhões em publicidade – fato que motivou duras críticas de senadores na CAE ao Governo.

A posição crítica do senador em relação ao assunto provocou um amplo debate, que propiciou um acordo com o Governo. A falta de limite de empréstimo foi uma das falhas apresentadas por ele, alertando que dessa maneira os empréstimos não estariam sendo direcionados para as camadas mais pobres. Para corrigir esse desvio, Tasso Jereissati apresentou emenda - acatada na íntegra pelo Governo, que tratou da prioridade do microcrédito aos segmentos de baixa renda e das exigências feitas às instituições que passariam a trabalhar no segmento após cadastrarem-se junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Além de influir na alteração significativa da MP, o trabalho do senador, no sentido de questionar a implementação do Programa do Microcrédito, provocou conseqüências na gestão do Banco Popular, com a mudança da sua presidência e a adoção de um novo modelo gerencial, definido pela direção do Banco do Brasil ao qual está ligado.

SUBSTITUTIVO APERFEIÇOAMENTO NOVA LEI DE FALÊNCIAS

Em Abril de 2005, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou substitutivo do senador Tasso Jereissati ao projeto de lei 245/2004, de autoria do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), que tratava do parcelamento de débitos tributários de devedores em recuperação judicial. No projeto original, estava autorizado o parcelamento de débitos de Impostos junto à Secretaria da Receita Federal, ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), mediante a comprovação do deferimento do processamento da recuperação judicial.

O substitutivo do senador Tasso – apontado na época como aperfeiçoamento da nova Lei de Falências, incluiu, no parcelamento, débitos junto à Secretaria da Receita Previdenciária, como Fundo de Garantia de Tempo Serviço (FGTS), dívida ambiental junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), bem como débitos tributários com pessoas jurídicas de direito público interno, tais como União, estados, municípios, Distrito Federal e suas autarquias e fundações públicas.

SUPER-RECEITA E A PROTEÇÃO DOS CONTRIBUINTE

O Governo Federal desde 2005 passou a defender a unificação da sua estrutura tributária e previdenciária. O senador Tasso Jereissati participou, no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, do debate do projeto de lei que institui a super Receita e que foi aprovado, no plenário do Senado, em 13 de dezembro de 2006. Atualmente, a matéria encontra-se na Câmara dos Deputados para votação das alterações feitas pelos senadores.

Durante o debate, o senador teve treze emendas acatadas – todas destinadas a atender os interesses do contribuinte, introduzindo alterações no projeto para tornar mais transparente e justa a atuação do fisco, seja ao garantir prazos e direito de defesa aos contribuintes, seja estabelecendo limites ao poder discricionário na atuação da receita. E, ainda, lutando pela transparência e contra a excessiva burocracia na administração fiscal e, também, estabelecendo prazos para que a receita decida sobre as demandas a ela interpostas.

REGULAMENTAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS

O senador Tasso Jereissati foi relator do projeto de lei que trata da regulamentação do funcionamento das agências de viagens e turismo, matéria de grande interesse para o turismo brasileiro, seja por envolver milhares de empregos, seja por afetar as relações econômicas de toda a cadeia de comercialização do turismo, passando pelas transportadoras de passageiros, meios de hospedagem, locadoras de veículos etc.

De forma muito particular, o projeto também trata do direito dos consumidores, uma vez que nele se estabelecerá o grau de responsabilidade que caberá a cada um dos participantes da cadeia do turismo, em caso de não cumprimento do contratado com o consumidor turístico.

Em virtude da complexidade da matéria, e tendo ouvido e consultado as lideranças de vários setores envolvidos, o senador Tasso encaminhou, no segundo semestre de 2006, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu parecer, no qual procurou restringir-se à análise das questões jurídicas do projeto, deixando que o mérito tenha seu fórum de discussão na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, inclusive com a realização das audiências públicas que se fizerem necessárias para clarear o debate do projeto.

PROPOSTAS DE TASSO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Durante os primeiros quatro anos de seu mandato, o senador Tasso Jereissati participou ativamente do debate de temas econômicos. Nesse âmbito, quatro propostas - dois projetos de lei e duas propostas de emenda à Constituição, foram apresentadas por ele referentes aos seguintes assuntos:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2003 - Parcerias Agrícolas

Proposição inclui como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombos. O projeto foi aprovado em outubro de 2006 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, e se encontra na Câmara dos Deputados para nova votação.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2003 - Fundo Garantia-Safra

Proposta estimula a parceria agrícola como forma de modernizar a produção no campo, amenizando a desconfiança entre trabalhador e proprietário. Objetivo é estender aos proprietários de terras os benefícios do Fundo-Garantia Safra, desde que inscritos em conjunto com pequenos agricultores, em área nunca superior a quatro módulos fiscais. Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos para análise e votação.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 2003 - Agências Reguladoras

Estabelece a constitucionalização dos princípios normatizadores a serem observados pelas agências reguladoras brasileiras, de forma que sejam fortalecidas com a necessária estabilidade. Objetiva preservar o interesse do setor, estimular a qualidade e expansão dos serviços e proteger o consumidor. Aprovada em primeiro turno no plenário, a PEC aguarda nova votação em turno suplementar.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2004 - CPMF

Estabelece a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira (CPMF) e reduz gradualmente a sua alíquota até o valor de 0,08% no segundo semestre de 2010. Foi aprovada em dezembro de 2006, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aguarda votação no plenário do Senado.



PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

"A segurança é hoje o grande problema nacional. A fome, o desemprego são problemas porque afetam uma parte da nossa população. Esta afeta toda a população brasileira"

Trecho de entrevista do senador Tasso Jereissati, após palestra no Conselho das Américas, em Nova Iorque, em 19 de maio de 2006.

SEGURANÇA, SAÚDE, ENSINO E TRABALHO

O senador Tasso Jereissati propôs a criação da Subcomissão de Segurança Pública, no âmbito do Senado, no início de 2003. A proposta foi conseqüência da crescente onda de insegurança e da sua preocupação com a temática social. Na condição de autor da proposta, Tasso foi eleito pelos senadores primeiro presidente do órgão nos anos de 2003 e 2004.

Nos últimos quatro anos, o senador dedicou-se também aos debates dos temas sociais. No campo da saúde, desempenhou um papel importante na articulação pela aprovação da Lei de Biossegurança, com a autorização do uso de células-tronco. Na educação, apresentou emendas ao projeto que insitiu o Fundeb, fortalecendo o ensino infantil.

E apresentou projeto de lei de combate ao trabalho escravo, que já foi aprovado pelo Senado e se encontra na Câmara para nova votação. Por último, em 2006, Tasso abriu um debate sobre o trabalho do terceiro setor na proteção aos direitos dos cidadãos. Veja, agora, as principais ações do senador Tasso na área social.

SENADO APROVA PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

O primeiro projeto de lei apresentado pelo senador Tasso Jereissati, no início do seu mandato parlamentar - em 2003, tratou de uma questão grave que tem preocupado autoridades públicas brasileiras: a exploração do trabalho escravo. A proposta estabeleceu punições mais rigorosas para os infratores, com a proibição de que as penas de prisão possam ser convertidas em penas alternativas, além de definir punições pesadas por trabalhador encontrado em condição análoga à de escravo.

O projeto foi aprovado pelo Senado, em novembro de 2004. Com a proposta, o trabalho escravo passou a ser tipificado como crime. É vedada também participação das pessoas físicas e jurídicas dos responsáveis em licitações públicas, o acesso a financiamentos e benefícios públicos, além do confisco dos bens, equipamentos e produtos resultantes do trabalho – que serão recolhidos e levados à leilão público.

As medidas apresentadas pelo senador acrescentam dois parágrafos ao Código Penal, em seu artigo 149, tipificando o trabalho escravo como crime e instituindo o aumento da punição quando for comprovada a retenção dos salários, de documentos, ou o uso obrigatório de mercadorias ou serviços como meios de coação de agravamento da liberdade de trabalho. O projeto também estabeleceu o aumento das penas para aqueles que aliciam trabalhadores e os deslocam para serem submetidos ao trabalho considerado escravo. Com sua aprovação no Senado, o projeto (PL 208/2003) foi remetido à Câmara dos Deputados, onde aguarda parecer do deputado Vicentinho (PT-SP), para ser submetido a nova votação.

SENADOR PRIORIZA DEBATE SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

O senador Tasso Jereissati foi o idealizador e primeiro presidente da Subcomissão de Segurança Pública no Senado Federal, criada em março de 2003. Preocupado com a grave situação da criminalidade em todo o País, Tasso fez questão de que a Subcomissão fosse integrada por poucos membros, com experiência administrativa e sensibilidade política, dando assim mais agilidade às discussões. A Comissão foi composta por sete senadores, cabendo a cada um, um tema específico e relevante na questão da segurança. Crime Organizado, Tráfico de Drogas, Tráfico de Armas, Sistema Penitenciário, Reforma das Polícias, Lavagem de Dinheiro e o Menor Infrator foram temas abordados pelos senadores, resultando daí propostas da maior importância, como a reforma da Lei de Execuções Penais e o Estatuto do Desarmamento.

Foram realizadas inúmeras audiências públicas tratando de cada um dos temas e matérias correlatas, como a greve dos policiais federais, o assassinato de juízes, a situação dos presídios, a crise na segurança pública no Rio de Janeiro e em São Paulo, o papel das forças armadas na segurança pública, etc. Durante os trabalhos da Subcomissão foi realizada uma vídeoconferência com as presenças de representantes do sistema penitenciário paulista e do Poder Judiciário, destinada à avaliação da eficácia do novo sistema de depoimentos. O senador Tasso apresentou projeto de lei, tornando-o regra no interrogatório judicial – já aprovado pelo Senado.

Fruto de todo o trabalho realizado na Subcomissão e da experiência adquirida, como Governador do Ceará por três mandatos, Tasso apresentou duas propostas de emenda à Constituição como contribuição às mudanças na segurança pública no Brasil. A primeira, estabelece a reestruturação dos órgãos de segurança pública, a outra define a criação da Guarda Nacional. Além das duas PECs, ele apresentou projetos de leis que versam sobre a questão.

A aprovação do Estatuto de Desarmamento pelo Senado, ainda em 2003, foi um dos mais importantes fatos relacionados à segurança nos últimos quatro anos. E foi o novo Estatuto que proporcionou, em 2005, a realização de um Referendo Popular, no qual a população pôde opinar sobre a fabricação e comercialização de armas de fogo no País. Ao mesmo tempo, a definição do Regime Disciplinar de Segurança Máxima foi apontada como mais um esforço do parlamento brasileiro de tentar deter o crescente nível de criminalidade no País. O senador Tasso Jereissati foi relator da proposta do novo regime prisional, durante sua votação.

Por conta de seu envolvimento com a questão da segurança pública, o senador participou de vários debates no Brasil e no exterior sobre o assunto. Em julho de 2003, convidado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, ele participou de um encontro, em Londres, sobre "Segurança e Convivência Cidadã na América Latina e no Caribe". Já em maio de 2006, a convite do Conselho das Américas, em Nova York, depois da palestra que proferiu para empresários que têm interesse em investir nas Américas, Tasso voltou a enfatizar a necessidade de uma grande união de todas as esferas de poder em torno do combate à violência, reconhecendo que "a fome e o desemprego afetam parte da população, mas a violência afeta toda a população".

"A sociedade e o Estado brasileiro estão sendo desacatados e desafiados. Nós, senadores, não podemos ficar assistindo ao que está acontecendo hoje na sociedade brasileira e que eu reputo como o problema mais grave que nós enfrentamos"

Trecho do pronunciamento do senador Tasso Jereissati, durante instalação da Subcomissão de Segurança Pública do Senado, em 27 de março de 2003.

PROPOSTAS DE TASSO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

Nos seus primeiros quatro anos de mandato parlamentar, o senador Tasso Jereissati apresentou várias propostas relacionadas à segurança pública. Duas PECs e três projetos de lei. Veja o resumo de cada proposta:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2003 - Rigor nas Penas

O senador Tasso Jereissati apresentou projeto de lei, em 2003, que prevê a alteração do artigo 61 do Código Penal, para incluir como fator de agravamento dos crimes aqueles praticados também contra agentes ou guardas penitenciários, diretor de presídio, funcionários e demais pessoas que trabalhem ou prestem serviços voluntários junto ao sistema prisional. Encontra-se tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21 ,DE 2005 - Sistema de Segurança Pública

Tasso Jereissati apresentou, em 2005, proposta de emenda constitucional que estabelece a reestruturação do sistema nacional de segurança pública, previsto no art. 144 da Constituição Federal. Encontra-se tramitando na CCJ.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2005 - Guarda Nacional

Senador Tasso Jereissati apresentou PEC propondo a criação da Guarda Nacional, como um órgão permanente do sistema de segurança pública, por considerar que o sistema atual não têm dado respostas satisfatórias à criminalidade crescente. A proposta encontra-se tramitando na CCJ.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2005 - Segurança Privada

Com essa proposta, o senador Tasso Jereissati pretende suprir a lacuna da regulamentação da atividade de segurança pública privada que atualmente tem sido disciplinada por uma única lei. Torna-se necessário estabelecer um marco regulatório, o que irá corrigir as lacunas e imperfeições da legislação originária, ajustando-a às necessidades surgidas ao longo das última décadas. A proposta tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2006 - Videoconferência

A proposta permite que os interrogatórios e audiências judiciais sejam realizadas por meio de videoconferência. Ficam assegurados canais telefônicos para comunicação reservada entre advogados e seus clientes. Matéria foi aprovada no Senado, em maio de 2006. Após aprovada na Câmara, retornou ao Senado para nova votação.

PESQUISAS COM CÉLULAS-TRONCO

O Congresso Nacional dedicou boa parte de sua agenda de debates, em 2004, ao projeto de Biossegurança. Naquele ano, em especial no Senado, o tema foi amplamente debatido, com o envolvimento direto de cientistas e familiares de pessoas portadoras de doenças ansiosas pelo benefício das pesquisas com o uso de células-tronco, além de setores contrários à proposta. O senador Tasso Jereissati desempenhou um papel importante na articulação do acordo que possibilitou a aprovação da matéria no Senado.

Tasso trabalhou intensamente pela convergência em torno da proposta. Com a aprovação, foram permitidas pesquisas com embriões obtidos por fertilização in vitro, com a utilização somente daqueles que seriam fatalmente descartados após um longo tempo de congelamento. Ficou proibida, porém, a clonagem humana. Para que houvesse acordo em torno da polêmica matéria, desenvolveu-se uma série de debates entre parlamentares das comissões de Assuntos Sociais e Educação. Nas discussões, a grande maioria dos especialistas considerou que as pesquisas com células-tronco eram necessárias para o tratamento de doenças genéticas. A Lei de Biossegurança colocou o Brasil na vanguarda científica e preservou normas éticas.

Ao mesmo tempo em que assegurou a pesquisa, a Lei também estabeleceu penas rigorosas aos eventuais infratores das normas. A utilização de embrião humano em desacordo com as regras estabelecidas poderá resultar em prisão de até três anos. Durante os debates no Senado, Tasso Jereissati foi considerado pela Revista Época como “principal voz dos cientistas e dos pacientes”, assegurando avanços importantes na autorização para as pesquisas.

“A aprovação dessa matéria abrirá uma esperança para milhares de pessoas, principalmente crianças. Com as pesquisas de células-tronco, passarão a vislumbrar possibilidade de cura, de sobrevivência e de uma vida melhor”

Análise de Tasso Jereissati sobre projeto de Biossegurança, no plenário do Senado Federal, em 6 de outubro de 2004.

FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O senador Tasso Jereissati realizou importante trabalho no Senado pelo aperfeiçoamento do projeto que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) - aprovado em dezembro de 2006. Foi por sua sugestão que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizou uma série de audiências públicas com a presença de especialistas, abrindo o debate para contribuições à proposta de emenda constitucional enviada pelo Governo Federal.

Desde sua primeira gestão como Governador do Ceará, Tasso Jereissati priorizava investimentos na educação. Durante as discussões do projeto do Fundeb, o senador apresentou um total de seis emendas, todas subsidiadas pelos debates ocorridos na CCJ e respaldadas na sua experiência de três mandatos de Governador do Ceará.



Nos debates na Comissão de Constituição e Justiça Tasso Jereissati e o PSDB enfatizaram a educação infantil mostrando que vários estudos científicos provavam a importância da educação nos primeiros anos de vida. O projeto apresentado pelo Governo Federal não fazia qualquer menção ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos. No Senado, o plenário aprovou o projeto com as emendas apresentadas pelo senador.

O Governo Federal, porém, mais uma vez traiu as suas origens e pressionou a base aliada na Câmara dos Deputados a retirar da versão final da PEC do Fundeb a emenda do senador Tasso, onde se estabelecia o uso dos recursos do PIS/Pasep para o financiamento da educação infantil e profissional dos filhos e dependentes dos trabalhadores que contribuem com esses fundos.

Apesar de ter contribuído de forma fundamental para a melhoria da PEC do Fundeb e de reconhecer a necessidade de se instituir um mecanismo de financiamento para todo o ciclo básico de ensino, o senador Tasso mantém a convicção de que “a PEC aprovada pelo Congresso Nacional ainda está longe da perfeição e é lamentável que o Governo Federal tenha demorado tanto tempo para apresentar ao Congresso Nacional a proposta”. Sua preocupação, agora, é com a regulamentação da matéria.

TERCEIRO SETOR: REGULAÇÃO URGENTE E NECESSÁRIA

“Nosso papel no Legislativo será muito mais de buscar na experiência da sociedade civil organizada os seus anseios e propostas do que impor um modelo centralizado, com uma visão provavelmente míope e particularizada de um setor que é, por definição, amplíssimo”

Declaração do senador Tasso Jereissati durante o 2º Fórum Senado Debate Brasil: “Terceiro Setor – Cenários e Perspectivas”, em novembro de 2006..

O senador Tasso Jereissati colocou a regulação do denominado Terceiro Setor como um dos temas que mereciam total atenção do Senado Federal. Ao longo dos primeiros quatro anos de mandato, ele construiu uma proposta de projeto de lei que veio a se somar a muitas outras já em discussão no Congresso Nacional.

Com vistas a abrir o debate para o público, Tasso propôs a realização de um seminário que se constituiu no ponta-pé de uma ampla e permanente discussão entre o legislativo e os representantes do Terceiro Setor. O objetivo foi aproximar o parlamento das entidades e das pessoas que realizam trabalhos extraordinários, nas mais diferentes áreas, obtendo resultados onde o próprio poder público não quer, não consegue e não sabe alcançar.

As preocupações maiores de Tasso estão centradas nos conceitos e definições do Terceiro Setor, estatísticas sobre sua atuação no Brasil, a experiência internacional, os avanços, lacunas e desafios do marco legal, o financiamento destas entidades, a fiscalização e a transparência, especialmente quando envolver verbas públicas, além de outros temas correlatos. São temas considerados fundamentais para dar sustentação à proposta que o senador deve apresentar em 2007, em forma de projeto de lei, no Senado Federal.

E preocupado com algumas deficiências, o senador apresentou, em 2006, um projeto de lei - PL 310/2006, que altera a legislação para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a elas destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado às doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

“O que aconteceu ontem não acontece em nenhum País subdesenvolvido, do pior e mais pobre, sem condições, de terceiro mundo, da África ou de qualquer lugar depois de tanto tempo. Lamento muito, voltando a dizer, é a falta de ação e de administração. O País está vivendo uma verdadeira bagunça. Falta de administração, falta de homem de comando, falta de liderança, falta de pulso”.

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati, no qual critica o caos no tráfego aéreo brasileiro, em 06 de Dezembro de 2006.



COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS

Com uma experiência de três mandatos no Governo do Ceará, o senador Tasso Jereissati, tem se empenhado na defesa de uma política nacional que combata as disparidades regionais. E logo em seu primeiro discurso no plenário do Senado, em março de 2003, ele alertou para a necessidade do Governo Federal adotar uma política forte de investimento nas regiões mais pobres, com ênfase para o Nordeste.

Na ocasião, Tasso solicitou ao presidente Lula uma maior atenção à região, justificando que as demonstrações dadas pela nova gestão naquele momento não apontavam para a solução do problema. Ao contrário, “alguns sinais são bastante preocupantes. Parece-me claro que este ano de 2003 já está perdido em termos de desenvolvimento regional e do Nordeste, em especial. Os recursos do orçamento e a falta de definição de uma política para a região já mostram isso com toda certeza”. Mais adiante, no mesmo pronunciamento, o senador resumiu seu pensamento sobre a questão afirmando que “a fome e a alta concentração de renda só começam a ser resolvidas com a solução dos problemas regionais. O problema regional é sem dúvida o maior e mais grave problema nacional”, disse.

Essa visão levou-o a defender uma maior participação do Senado no debate das políticas públicas de combate às desigualdades regionais. Como integrante da Comissão de Assuntos Econômicos, em 2003, ele foi o relator de projeto de lei de autoria do senador Jefferson Peres (PDT-AM), que tratou das regras da política nacional de financiamento para desenvolvimento regional.

Pelo parecer de Tasso, 35% das aplicações do BNDES deveriam ser destinadas para as regiões menos desenvolvidas. Lembrou, na ocasião, que “secularmente o Nordeste tem ficado em segundo plano nesses investimentos”. Esse debate provocou uma audiência pública com a presença do presidente do Banco, na época, Carlos Lessa. Na oportunidade, Jereissati mostrou que nas ações concretas do Governo não havia uma atitude maior de inclusão social em relação às regiões mais desfavorecidas do País, razão por que considerava importante a fixação dos 35% como um limite mínimo de investimento de um banco de desenvolvimento social para as regiões mais pobres. O substitutivo do senador Tasso ao projeto de Peres foi aprovado em setembro de 2003.

Identificado com o tema regional, Tasso Jereissati, em 2004, foi o autor do parecer favorável ao projeto de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), que criou a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, integrada por 17 senadores. Com a criação da CDR, e a indicação dos seus integrantes, o senador foi eleito seu primeiro presidente, função que exerceu nos anos de 2005 e 2006.

No plano das propostas, Tasso Jereissati apresentou um projeto de lei e uma proposta de emenda à Constituição, que tratam do aspecto regional. Leia, a seguir, um resumo do trabalho de Tasso no debate sobre a questão das desigualdades regionais brasileiras.

UMA NOVA VISÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Na condição de presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Tasso Jereissati deu total prioridade, no ano de 2005, ao debate em torno do projeto de recriação da Sudene enviado ao Congresso pelo Executivo. Coordenou uma agenda de debates e audiências públicas com estudiosos do assunto e representantes do Governo, com objetivo de elaborar uma proposta final que contemplasse o fortalecimento das políticas públicas de combate às desigualdades regionais.

A primeira observação feita pelo senador envolveu a concepção do órgão, ao reconhecer que o modelo antigo de uma instituição voltada simplesmente para análise de projetos de investimentos individuais, concessão de subsídios e acompanhamento de implementação de projetos, estava superado. Sua idéia era a concepção de um órgão mais voltado para o planejamento. Na Comissão, a proposta foi relatada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA).

Durante as audiências, Tasso reconheceu que “a Sudene sempre foi o principal fórum de discussão dos governadores do Nordeste, sem o que os diversos Estados passaram a priorizar soluções locais, sem uma visão regional de desenvolvimento. Toda a concepção de planejamento que existia na sua criação com Celso Furtado deixou de existir, e os políticos do Nordeste perderam a unidade”.

Ao final dos debates, a CDR conseguiu promover grande alteração na proposta original, modificando o perfil e a competência da nova Sudene, evitando as incorreções do passado e consolidando o órgão como um poderoso instrumento de planejamento e discussão de novas propostas para o desenvolvimento da região, com forma e representatividade política.

O projeto reformulado no Senado, com base no substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), aprovado pela CDR, e no relatório do senador Tasso Jereissati, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), buscou criar uma instituição de excelência, capaz de pensar de forma estratégica o Nordeste e avaliar os efeitos das políticas federais na região. Em dezembro de 2005, o Senado aprovou a matéria, em plenário, acatando o parecer do senador Tasso, apresentado na CCJ. Na oportunidade, ele reconheceu que a nova Sudene estava “surgindo como uma instituição de excelência, para pensar o Nordeste como um todo, uma instituição ágil e leve, mas sem abandonar o ideal de retirar a região Nordeste do atraso em que se encontra em relação às outras regiões do País”. Ele reafirmou sua defesa intransigente do não contingenciamento dos recursos federais, considerando que sem isso, “não existe a Sudene”. Na mesma linha, foi aprovado o projeto da nova Sudam.

Após a aprovação do Senado e uma nova votação na Câmara dos Deputados em 2006, o presidente Lula sancionou o projeto vetando os principais avanços introduzidos pelo Senado, prejudicando totalmente a essência da proposta, criada no parlamento, de instituir um órgão forte e com grande poder de investimento nas políticas públicas de combate às desigualdades regionais.

OBJETIVOS DA NOVA SUDENE

- Geração de emprego e renda.
- Redução substantiva da mortalidade materna e infantil
- Universalização e melhoria das condições de moradia e saneamento.
- Universalização de todos os níveis de ensino.
- Garantia de escola com infra-estrutura básica para todos.
- Redução do analfabetismo.
- Adoção de medidas preventivas de saúde.
- Implantação de Plano Diretor, para nortear o crescimento das cidades e criação de uma rede de proteção social, para atender as demandas de curto prazo das populações mais carentes.



MELHORIAS PARA O TURISMO BRASILEIRO

As matérias relacionadas ao turismo foram objeto de especial atenção do senador Tasso, seja em função de sua experiência, quando à frente do Governo do Ceará, seja por entendê-lo como importante instrumento de promoção do desenvolvimento regional.

Assim, na presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Tasso promoveu audiência pública, em março de 2005, onde o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, apresentou a política governamental referente à implantação de programas de turismo no Brasil, com especial destaque para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Também foi objeto de preocupação do senador e da CDR a grave crise por que passava a aviação civil brasileira em 2005, tanto no que se referia a questões de infra-estrutura pública, quanto à situação das empresas. Além disso, ainda estava em suspenso o marco regulatório do setor, dependendo da aprovação do projeto de lei que contemplava a criação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Graças à atuação da CDR e do senador Tasso Jereissati, foi possível a construção de um consenso entre governo e oposição e a aprovação do projeto que criou a ANAC, com a posterior nomeação de seus dirigentes, ainda em 2005.

Outra discussão promovida pelo senador, objeto de audiência pública em 2005, foi a exigência de vistos de entrada no País para turistas estrangeiros, oriundos de Países considerados como emissores prioritários para o nosso mercado, questão crucial para o aumento do fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil. Em dezembro de 2006, a CDR aprovou o projeto de lei 151, de autoria do senador Paulo Otávio (DEM/DF), versando sobre a matéria, uma vez que naquela audiência pública fora acordada com o Governo uma solução que deveria ter sido encaminhada ao Congresso Nacional pelo Executivo, o que não aconteceu.

O setor aéreo, que foi objeto da atenção da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em 2005, voltou a ser destaque em 2006, em função da crise da Varig, com o comprometimento de milhares de empregos, e a conseqüente desorganização da malha aérea nacional e internacional. Foram realizadas audiências públicas em 25 de abril e nos dias 2 e 16 de maio, em sessões conjuntas com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, para a compreensão do problema. Mas, apesar do esforço do parlamento, o Executivo e a empresa não chegaram a uma solução que evitasse o fim da companhia. Como conseqüência, nos últimos dias de 2006, assistimos a um verdadeiro caos nos aeroportos brasileiros, em função da falta de assentos disponíveis em vôos nacionais e internacionais e de aviões e tripulações em outras companhias capazes de ocupar o espaço deixado pela Varig. Isto sem esquecer os problemas técnicos no controle aéreo nacional amplamente noticiados pela imprensa, que se intensificaram em 2007.

Sob a presidência do senador Tasso Jereissati, a CDR, em parceria com a Confederação Nacional do Comércio, a Frente Parlamentar do Turismo e a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, realizou o VIII – CBRATUR - Congresso Brasileiro da Atividade Turística, que consistiu na realização de levantamento, em todos os Estados brasileiros, das demandas do setor turístico nacional para o próximo mandato presidencial; na consolidação das demandas e publicação, pela Confederação Nacional do Comércio, de documento intitulado “Turismo Brasil – Propostas e Compromissos 2007-2010”; e, finalmente, na discussão das propostas com os candidatos à presidência da República, em audiências públicas no Congresso, com a participação do governador Geraldo Alckmin, senadora Heloísa Helena, senador Christóvão Buarque e o deputado Eymael.

MP DO BEM: BENEFÍCIOS PARA NORTE E NORDESTE

Dentro da proposta de combate às desigualdades regionais, o senador Tasso Jereissati apresentou e conseguiu aprovação de emendas à “MP do Bem”, aprovada em outubro de 2005, no plenário do Senado.

A primeira foi a ampliação do prazo do benefício de redução do Imposto de Renda para empresas instaladas nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, que se encerraria em 2013. Com a emenda, as empresas instaladas até 2013, terão mais dez anos para gozar de tal benefício - redução de 75% do Imposto de Renda. Essa concessão aconteceu após um duro embate com a equipe do Ministério da Fazenda, inicialmente contrária à proposta do senador, e beneficiará Estados das regiões Norte e Nordeste, além do norte do Espírito Santo e do norte de Minas Gerais.

Outra emenda, também de iniciativa do senador, definiu o incentivo à contratação de profissionais com título de Mestre e Doutor pelas empresas. Nesta, o senador ampliou a parcela do subsídio que a União pode dar para as empresas privadas contratarem mestres e doutores para o desenvolvimento de atividades de inovação, com pesquisas. No caso das empresas localizadas na área de atuação da nova Sudam e Sudene, o subsídio que a União pode conceder passou a ser de até 60 %, enquanto que nas demais regiões, esse subsídio é de, no máximo, 40%.

A última emenda do senador diminuiu as exigências para que as empresas nas regiões Norte e Nordeste tenham o benefício de redução do Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre os valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados, previstos em contratos de transferência de tecnologia averbados ou registrados nos termos da lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei das Patentes). A MP previa originalmente que para poderem se creditar do Imposto de Renda retido na fonte, as empresas em geral assumiam o compromisso de investir em pesquisa o dobro deste valor. Para as regiões do Norte e Nordeste, o senador Tasso conseguiu que essa exigência fosse menor: uma vez e meia do valor do Imposto de Renda retido na fonte.

“Pela primeira vez, depois de vários anos, o Nordeste foi a que mais perdeu participação no PIB. Os Estados do Centro-Sul também perderam, mas isso era esperado em função do tamanho, principalmente São Paulo. Mas a região que perdeu mais, ou seja, cujo PIB decresceu foi o Nordeste. Assim, em vez de diminuirmos as desigualdades de renda regional, estamos agravando-as. Infelizmente nada, absolutamente nada, está sendo feito no intuito de mudar essa situação, que é dramática, é a mais grave do ponto de vista social. Não existe desenvolvimento sustentado sem uma renda mínima para a convivência entre os vários níveis de poder aquisitivo da sociedade.”

senador Tasso Jereissati, em aparte ao senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), sobre a questão do desenvolvimento regional durante sessão plenária, em 8 de dezembro de 2004.

PROPOSTAS DE TASSO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nos seus primeiros quatro anos de mandato parlamentar, Tasso Jereissati apresentou duas propostas, que tratam da questão regional brasileira. Confira o resumo de cada uma delas:

PROJETO DE LEI Nº 455, DE 2003 - Aplicação de Recursos

O senador Tasso Jereissati apresentou, em novembro de 2003, Projeto de lei que estabelece diretrizes para a aplicação de recursos administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF), no contexto da política nacional de desenvolvimento regional. A proposta prevê a aplicação de no mínimo 45% dos recursos geridos pela instituição, em projetos e financiamentos a serem realizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Outro aspecto do projeto é que obriga a aplicação de taxas de juros diferenciados para tomadores de recursos naquelas nessas regiões, assim como estabelece que os recursos eventualmente não tomados permaneçam à disposição de tais regiões, impedindo a sua destinação a outras regiões. Proposta encontra-se na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aguardando votação.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2005 - Regionalização dos gastos federais

Com a apresentação da proposta de emenda à Constituição (PEC), nº 71, em dezembro de 2005, Tasso Jereissati procurou estabelecer critérios mais justos para a distribuição de recursos da União entre as regiões brasileiras. Esta preocupação norteou boa parte dos debates em torno da elaboração e criação da nova Sudene e da nova Sudam. O senador propôs que os critérios para a regionalização dos gastos federais passem a incluir, além da população, a renda per capita, a educação, a expectativa de vida ao nascer e a mortalidade infantil. Propõe, também, que a lei complementar estabeleça a fórmula exata para o cálculo da regionalização das despesas federais. Assim, será possível observar uma distribuição regional dos gastos públicos mais justa, com a União investindo mais onde os seus programas e projetos são mais necessários. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando votação.



PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ

“Eu queria deixar aqui esta palavra de protesto veemente contra essa traição ao povo do Estado do Ceará, contra a falta de respeito a toda a delegação política do Estado do Ceará - mas principalmente ao povo cearense -, com essa visão absolutamente autoritária e personalista da direção de uma empresa pública que, a partir de uma decisão pessoal, prejudica todo o investimento no Estado.”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati no qual criticou a decisão da Petrobrás de suspender contrato de fornecimento de gás para implementação da Siderúrgica do Porto do Pecém, em novembro de 2006.

NA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ

A defesa de investimentos para o Estado do Ceará foi uma prioridade permanente nos quatro primeiros anos do mandato do senador Tasso Jereissati. Em 2003, ele apresentou projeto de resolução no qual destinou R\$ 60 milhões para que o Governo do Estado pudesse adquirir o complexo ferroviário construído pela estação João Felipe, de propriedade da União, que passará a ser integrado ao corredor cultural da cidade de Fortaleza, quando o Metrofor estiver concluído e em operação. E a falta de apoio do Governo Federal ao andamento das obras - praticamente paradas nos últimos quatro anos, fez com que o senador cearense realizasse diversos pronunciamentos, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos como no plenário do Senado, cobrando liberações de verbas.

No início de 2004, Tasso Jereissati atuou fortemente para que o Senado aprovasse projeto de resolução que autorizou empréstimo de US\$ 100 milhões para o Estado. Os recursos foram obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a execução das obras do Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento - Sanear , em sua segunda etapa. Programado, na época, para o custo total de US\$ 166,67 milhões, o Sanear II estabelece que ao seu final, previsto para 2009, serão beneficiados mais de um milhão de cearenses, o que ampliará a cobertura com os serviços de coleta do esgotamento sanitário, em Fortaleza, para 81,2%.

Em setembro de 2005, o senador defendeu no plenário do Senado, juntamente com a bancada cearense, e conseguiu a aprovação de concessão de empréstimo de US\$ 149,75 milhões pelo Banco Mundial (Bird) ao governo do Estado do Ceará. O montante se destinou ao fortalecimento das ações dos programas de inclusão social nas áreas de saneamento, biodiversidade, saúde e educação básica e fundamental.

Além de articular a aprovação de projetos no âmbito do Senado, o senador Tasso assegurou recursos no Orçamento da União para diversos municípios do Ceará. Recursos destinados à construção de obras e ao incremento de ações que reduzam a pobreza, e garantam a melhoria da qualidade de vida dos cearenses, com o fortalecimento, por exemplo, do setor de turismo – gerador de larga escala de emprego e renda.

Nos período de 2003 a 2006, observou-se que não houve nenhum grande investimento do Governo Federal no Ceará. Uma constatação feita, por diversas vezes no plenário pelo senador, que quando Governador do Estado implantou projetos e construiu obras como o Castanhão, Porto do Pecém, novo Aeroporto Pinto Martins, novo Castelão, Centro Cultural Dragão do Mar, Nova Jaguaribara, além de programa de infra-estrutura hídrica, elétrica, abastecimento de água, esgoto, estradas, e investimento nas áreas sociais, em parceria direta com o Governo Federal.

FALTA DE INVESTIMENTOS FEDERAIS

Inconformado com a falta de apoio do Governo Lula ao Ceará, o senador Tasso Jereissati protestou fortemente na tribuna do Senado devido a ausência de grandes investimentos federais no Estado, que nas últimas duas décadas havia se consolidado como uma das unidades da Federação que mais tinha apresentado melhoria de indicadores sociais e econômicos.

A primeira grande crítica de Tasso teve relação com a decisão do Governo Federal de não implantar no Ceará a Refinaria de Petróleo, que tinha no Porto do Pecém a área ideal para sua instalação na região Nordeste. Considerado fundamental para o projeto do Complexo Portuário do Pecém, a instalação da refinaria foi deslocada para o Estado de Pernambuco. Uma decisão que não levou em conta os estudos técnicos, realizados boa parte ainda na gestão do governador Tasso Jereissati, que apontavam para o Ceará a melhor localização do investimento. Fator esse, que havia sido determinante para que o Estado tivesse realizado uma série de negociações com parceiros internacionais – dentre eles empresários alemães.

Além da refinaria, o Governo Federal criou mais um problema para o desenvolvimento do Complexo Portuário do Pecém. Por intermédio da Petrobrás, anunciou em agosto de 2006 que não iria fornecer gás para a instalação da siderúrgica. Uma medida que motivou duro pronunciamento de Tasso Jereissati, no qual denunciou o fato, repudiou a quebra do contrato assinado com o Governo do Estado e com os investidores italianos e coreanos, e cobrou respeito do Governo Federal ao povo do Ceará. A partir do anúncio do rompimento do contrato pelo Governo Federal, o senador fez diversos pronunciamentos nos quais externou sua preocupação com o prejuízo que o presidente Lula causaria ao Ceará caso não fosse revista a posição da Petrobrás. Essa sua posição firme, em defesa dos interesses do Estado, motivou uma mobilização da banca federal cearense, que a partir daí iniciou uma série de reuniões com representantes dos Governos Federal e Estadual e dos investidores privados. Para Tasso, “essa indiferença do Governo Lula para com o esforço que os cearenses têm feito para colocar o Estado nos trilhos do desenvolvimento, sacrificando as próprias economias para investir em obras de infra-estrutura, é um verdadeiro absurdo”.



*Novo estádio Castelão
e novo aeroporto Pinto
Martins, em Fortaleza.*

UMA VOZ EM DEFESA DO ESTADO

No plenário do Senado e nas Comissões Temáticas, o senador Tasso Jereissati priorizou debates em torno dos interesses diretos do Estado do Ceará, defendendo, em todos os momentos, maior atenção do Governo Federal para com o Estado, denunciando a inexistência de grandes investimentos nos últimos quatro anos. Leia trechos de alguns pronunciamentos e apartes do senador, durante os últimos quatro anos.

“O meu Ceará teve os seus recursos dramaticamente reduzidos, recebendo importâncias muito inferiores a de Estados menores, com população muito inferior à do Estado do Ceará. Coincidentemente, são Estados governados pelo PT. É inadmissível, Sr. Presidente, que a esta altura, quando acreditamos alcançar os mais avançados estágios da democracia, o Governo faça discriminação como essa, como se um povo fosse de um partido, e o outro, de outro partido político. Não podemos aceitar isso...

...Fernando Henrique Cardoso, com certeza, estabeleceu um novo padrão de civilização no poder brasileiro, um novo padrão de relacionamento, em que não havia esse tipo de discriminação. Espero que termine esse tipo de ação que, em determinados casos, atrasada, retrógrada e inaceitável, não podemos aceitar.”

Abril de 2004 - Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati, no qual protesta contra a discriminação por parte do Governo Federal na liberação de recursos para os Estados governados por partidos de oposição.

“Todos viram, em todos os debates na televisão e nos discursos, o Presidente falar do Complexo Siderúrgico do Ceará. Na verdade, o que tinha do Presidente Lula no Complexo Siderúrgico do Ceará era permanecer um contrato de fornecimento de gás pela Petrobrás, para que essa siderúrgica pudesse funcionar no Complexo do Pecém. Acabo de receber a notícia de que o presidente da Petrobrás, de maneira unilateral, comunicou ao consórcio italiano-coreano que está começando o investimento na Petrobrás, que estava cancelando e quebrando unilateralmente o contrato da construção dessa siderúrgica, anunciada e cantada pelo Presidente da República como obra fundamental e grande obra do seu Governo. Essa obra é estrategicamente fundamental para o desenvolvimento do meu Estado, o Ceará. Passei pelo menos oito anos da minha vida lutando para que esse empreendimento fosse viável...

Novembro de 2006 - Em pronunciamento, senador Tasso Jereissati denuncia decisão da Petrobrás de suspender contrato de fornecimento de gás para implementação da Siderúrgica do Porto do Pecém, e cobra revisão da medida por parte do Governo Federal.



REFORMA POLÍTICA E LEGISLAÇÃO ELEITORAL

“A Reforma Política e a Reforma Eleitoral impõem-se neste momento para diminuir as possibilidades e as brechas para que haja desvios e malfeitos, tanto na política quanto no próprio sistema eleitoral”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati, no qual analisou a crise da política brasileira, em 16 de agosto de 2005.

MODERNIZANDO AS PRÁTICAS POLÍTICAS

A necessidade de uma Reforma Política no Brasil tem sido bastante debatida no Senado Federal. Com a preocupação de fortalecer o sistema eleitoral no País, o senador Tasso Jereissati – que em 2005 assumiu pela segunda vez a presidência nacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), contribuiu com a discussão emitindo substitutivos que trataram do sistema de reeleição para os cargos executivos e do voto em trânsito. Confira os detalhes dessas duas propostas.

OBRIGATORIEDADE DO VOTO EM TRÂNSITO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em outubro de 2005, substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) tornando obrigatório o voto em trânsito do eleitor que se encontrar fora do seu domicílio eleitoral no dia da eleição, desde que esteja em local atendido pela Justiça Eleitoral. “Com o sistema eletrônico de votação, aumenta a possibilidade de tornar plenamente eficaz este mandamento magno, com a regulação do voto em trânsito para todos os brasileiros que se encontrem fora de sua seção eleitoral”, afirmou Tasso Jereissati na ocasião.

O substitutivo foi elaborado a partir de projeto de lei complementar de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), incorporando também alterações propostas em três outros projetos que tramitavam em conjunto sobre a questão eleitoral - um do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), outro do senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e outro da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). O novo texto acrescentou artigos ao Código Eleitoral e determinou, ao mesmo tempo, que a Justiça Eleitoral adotasse, de forma progressiva, as mudanças necessárias no sentido de adequar-se às alterações. O relator incluiu ainda, no projeto, uma emenda para condicionar a obrigatoriedade do voto fora do domicílio eleitoral à existência das condições financeiras, técnicas e operacionais necessárias ao seu cumprimento. O projeto encontra-se na Câmara dos Deputados aguardando votação.

CCJ APROVA FIM DA REELEIÇÃO

Em agosto de 2006, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo do senador Tasso Jereissati à proposta de emenda à Constituição do senador Sibá Machado, do PT do Acre, que determina o fim da reeleição no Brasil para presidente da República, governador de Estado e prefeitos municipais, à partir de 2010. O substitutivo foi aprovado por unanimidade e proíbe também os que houverem sucedido-os ou substituído-os nos seis meses anteriores à eleição seguinte. Em seu parecer, o senador Tasso Jereissati disse que foi favorável à emenda que instituiu a reeleição no Brasil, mas, em sua opinião, a medida não deu certo. A proposta encontra-se no Plenário aguardando votação.



NÚMEROS, PALAVRAS E IMAGENS DO MANDATO

“É com muita saudade, mais do que saudade, que lembramos Mário Covas. É imensa a falta que ele faz na vida pública brasileira hoje. Nós do PSDB lembramos não apenas do nosso fundador, do homem que fundou um partido que, como ele sonhava, tivesse a ética como principal referência. Sem dúvida alguma, a ética foi o referencial de toda a sua vida política”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati, no qual registra o quinto aniversário de morte do ex-governador de São Paulo Mário Covas, em 6 de março de 2006.

UM MANDATO EM REVISTA

Durante os quatro primeiros anos de seu mandato como senador, Tasso Jereissati apresentou uma série de propostas legislativas, teve efetiva participação nos debates e integrou as principais comissões, tendo presidido a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Subcomissão de Segurança Pública. Confira o resumo de seu mandato parlamentar no período de 2003 a 2006.

- 10** **Projetos de lei** foram apresentados pelo senador Tasso Jereissati. São tratados assuntos como vídeoconferência como regra no interrogatório judicial, regulamentação do sistema de segurança privada, combate ao trabalho escravo, ampliação do Fundo Garantia-Safra, incentivo a parcerias no campo, direito penal e regionalização da aplicação dos recursos do Governo Federal.
- 06** **Propostas de emenda à Constituição** foram apresentadas nos quatro primeiros anos do mandato do senador Tasso Jereissati. Abordam temas como segurança pública, regionalização das aplicações dos recursos do Governo Federal, redução da carga tributária, no que se refere à CPMF, e o fortalecimento do sistema de agências reguladoras no Brasil.
- 62** **Pronunciamentos** foram feitos pelo senador Tasso Jereissati, em plenário, nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006. Cobrou, com ênfase, apoio ao desenvolvimento do Estado do Ceará e a liberação de recursos para projetos como Metrofor, e Sanear II - exigindo do Governo respeito ao povo cearense. Na tribuna, o senador exerceu uma oposição responsável e construtiva, com críticas fundamentadas ao modelo de Governo adotado no Brasil. Também denunciou graves fatos envolvendo o Governo Federal e o mau uso dos recursos públicos. No plenário, Tasso participou também dos debates através de 147 apartes.
- 137** **Pareceres** foram solicitados ao senador Tasso Jereissati sobre inúmeras matérias em tramitação no Senado Federal, nos primeiros quatro anos de seu mandato. Todos eles versavam sobre as mais importantes questões nacionais, regionais e sobre os interesses do Ceará.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

O senador Tasso Jereissati integrou as seguintes comissões no período de 2003 a 2006: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Comissão de Infra-Estrutura (CI), Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e Comissão Mista do Salário Mínimo. Na CDR, ele exerceu a presidência no período de 2005 e 2006. O senador, ainda, integrou a Subcomissão de Segurança Pública, da qual foi presidente, nos anos de 2003 e 2004.

PALAVRAS E IMAGENS

Foi aqui que meu pai, Carlos Jereissati, viveu o ápice da sua vida política, que teve na origem o trabalhismo de Getúlio Vargas. Aqui, ele encerrou precocemente a carreira pública aos 46 anos de idade, com o seu falecimento. Não poderia deixar de registrar o orgulho que tenho do meu pai pela sua trajetória política, o que aumenta a minha responsabilidade ao sentar na cadeira que um dia ele ocupou.”

Trecho do discurso de estréia do senador Tasso Jereissati na tribuna do plenário, em 19 de março de 2003.

“Rachel morreu dormindo, certamente sonhando com sua Quixadá. Rachel, com certeza, atenderá ao chamado romântico e bucólico de sua querida fazenda “Não me deixes...”, no interior do Ceará. E ela certamente nunca nos deixará. Por certo está agora varando o sertão, lançando bênçãos sobre o povo que tanto amava, carregada pelo vento na companhia de seus inesquecíveis personagens João Miguel, Dora Doralina, Maria Moura e outros.”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati durante homenagem de pesar pelo falecimento da escritora Rachel de Queiroz, em 4 de novembro de 2003.

“É importante ressaltar que todo o esforço da oposição, durante os dois primeiros anos de governo, foi no sentido de agir de maneira responsável e elevada. Tentou-se, de todas as maneiras, discutir os problemas de interesse da Nação de forma que fossem encaminhados da melhor maneira possível. Mas o governo não respondeu à altura do trabalho que tentamos desenvolver nesta casa com boa vontade, com o desejo e a abertura para o diálogo”

Trecho de aparte do senador Tasso Jereissati, ao líder Arthur Virgílio (PSDB/AM), no qual analisaram o relacionamento da oposição com o governo, em 3 de novembro de 2004.

“A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações foram frutos de anos de experiência e muita discussão, especialmente no Congresso Nacional; foram, sem dúvidas, os mais significativos avanços legislativos no que se refere à moralidade e responsabilidade com os gastos públicos; vieram exatamente preencher lacuna legislativa que possibilitava toda a sorte de desmandos e irresponsabilidades. O que pretendo é que esta lei das PPPs não sirva de atalho para distorção ou desvio dessas normas.”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati no qual analisa a situação do projeto das PPPs, em 24 de agosto de 2004.

“Sugiro ao Senado que oficialize manifestação à Igreja Católica, diante do momento histórico que vivemos, em que um novo Papa, com responsabilidades enormes, acaba de ser eleito à frente da Igreja Católica Romana. Um Papa que vai ter como responsabilidade suceder alguns papas que tiveram uma passagem marcante na Histórica contemporânea da humanidade como João XXIII, Paulo VI e João Paulo II. E afora isso, vai ter a responsabilidade de conciliar os dogmas da fé cristã com a realidade do mundo contemporâneo. Um mundo cheio de conflitos de idéias e de



novas descobertas que surpreendem pelas suas novidades, tornando imprevisível até as suas conseqüências”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati no qual destacou a eleição do papa Bento XVI, em 19 de abril de 2005.

“Agora, iniciaremos a votação, senador Antonio Carlos, de uma verba de 300 milhões para o Brasil brincar de guerra lá no Haiti. Em outras terras, nós vamos brincar de guerra. Ao mesmo tempo, obras fundamentais, iniciadas há anos - na sua cidade de Salvador, na minha cidade de Fortaleza, na cidade do Recife do senador Marco Maciel - são interrompidas por falta de recursos. Isso causa prejuízo gigantesco a toda uma área que foi interditada durante todos esses anos para que a população tivesse um mínimo de qualidade de vida. Só computando essas três cidades, estou falando de pelo menos sete milhões de pessoas.

“...Nós não podemos admitir isso! Eu pediria ao senador Arthur Virgílio que nós, do Nordeste e do PSDB, não votássemos nada aqui enquanto uma agressão como essa é feita contra nós, contra o povo do Nordeste, da maneira como está sendo feita, ainda mais quando sabemos que existem recursos que estão indo para esses objetivos escusos, imorais e antiéticos que todo o Brasil hoje comprova.”

Trechos de aparte do senador Tasso Jereissati ao pronunciamento do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), no qual é criticada a falta de liberação de recursos para as obras do Metrofor, em 21 de junho de 2005.



“Fica, além da obra, o exemplo do homem, o paraibano cidadão do mundo, alguém que percebia as grandes mazelas da humanidade como fruto de uma sociedade economicamente estruturada para favorecer a dominação e a concentração de renda. Tudo isso nos deixa o revolucionário cujas únicas armas foram a inteligência, as palavras, o trabalho, a honestidade e o amor ao Brasil.”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati, em homenagem à memória do ex-ministro Celso Furtado, em 2 de março de 2005.



“Monsenhor Murilo de Sá Barreto, durante quarenta anos, foi o grande vigário de Juazeiro do Norte, terra do padre Cícero; foi o guardião da memória, da vida e da obra de padre Cícero, além de ser o responsável pela romaria que anualmente acontece na região, composta por romeiros oriundos do interior do Nordeste, que até hoje homenageiam, com saudade, a vida e a obra de padre Cícero. O próprio monsenhor Murilo tornou-se fonte de admiração e respeito de todos os romeiros que, todos os anos, vão a Juazeiro do Norte.”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati, em homenagem à memória do vigário de Juazeiro do Norte, monsenhor Murilo de Sá Barreto, em 6 de dezembro de 2005.

“Estamos nos condenando a entrar cada vez mais num círculo vicioso, em que a nossa economia - veja bem, diante da prosperidade mundial - está ficando estagnada, e o Brasil se distancia de maneira talvez irreversível, a curto prazo, dos Países ricos e dos outros Países emergentes, inclusive da América Latina. Esse crescimento já é o menor da América Latina. Neste ano, é possível que batamos o Haiti. Da maneira como estamos, podemos ter um crescimento semelhante ou até menor do que o do Haiti.”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati no qual analisou a situação da economia brasileira, em 6 de setembro de 2006.



“Hoje é difícil para mim dizer qual dos crimes é o mais grave. Na minha terra, talvez conhecida até pelas dificuldades naturais que existem no semi-árido - 85% do semi-árido estão no Ceará -, tudo é muito difícil. O cearense, reconhecidamente um dos povos mais trabalhadores deste País, forte como diria Euclides da Cunha, vê essa tentativa de condenação dessa população ao não trabalho eterno e ao não emprego. Para mim, talvez isso doa mais do que a falta de valores que estamos discutindo.”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati, no qual critica a atuação do Governo Federal sobre a distribuição de recursos nos seus programas assistenciais, em 29 de agosto de 2006.



“...Quero concordar com a senadora Patrícia, porque entendo a indignação de S. Ex^a, principalmente diante dessa enorme, gigantesca injustiça para com o Estado do Ceará, bem como a maneira não diria nem autoritária, mas soberba como isso está sendo tratado. Uma luta travada e negociada durante dez anos por todos nós, por todos os partidos políticos do Estado do Ceará, de repente, é desfeita sem nenhum tipo de conversação, sem nenhum tipo de aviso, apenas por intermédio de uma carta enviada pelo segundo escalão aos dirigentes das empresas investidoras. Veja bem, senadora Patrícia, isso aconteceu logo depois das eleições, após o Presidente da República ter anunciado como sendo uma de suas principais bandeiras o complexo siderúrgico do Estado do Ceará. Senador Eduardo Suplicy, é uma falta de respeito o modo como nos tratam esses homens - falo “esses homens” até que seja provado o contrário; o presidente Gabrielli, com certeza - a nós cearenses e ao Senado, de uma forma geral. Senadores de outras legislatura, e não apenas desta, já lutavam e negociavam com a Petrobras a respeito dessa questão. É algo chocante.”

Trecho de pronunciamento do senador Tasso Jereissati sobre a decisão da Petrobras de romper contrato de fornecimento de gás para Siderúrgica do Ceará, em 22 de novembro de 2006,

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO SENADOR TASSO JEREISSATI



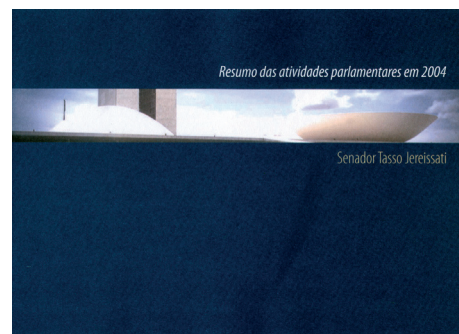
Relatório sobre benefícios para municípios e isenção para taxistas e deficientes – Ano 2003



Relatório de atividades parlamentares de 2003



Lei de Responsabilidade Fiscal – Ano de 2004



Relatório de atividades parlamentares de 2004



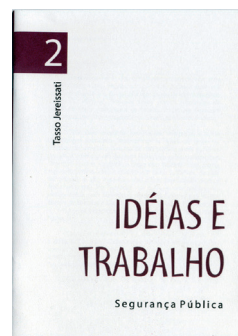
Discurso "Os perigosos rumos da economia" – Ano de 2005



Relatório de atividades parlamentares de 2005



Discurso "Os perigosos rumos da economia" – Ano de 2006



Publicação do projeto da Nova Sudene – Ano 2006



Resumo das atividades parlamentares do Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) no período de 2003 a 2006.

Coordenação Editorial

Ana Tavares e Denísio Pinheiro

Coordenação de Gabinete

Marilu Teófilo

Produção de Textos

Ana Lobato, Denísio Pinheiro, José Lucena Dantas, Luis Otávio, Mansueto Almeida, Paulo Marcelo e Wanderley Pereira

Colaboração

Carlos Henrique, Luciana Guidini, Mariana Romariz, Neudson Dias, Simone Alves e Wellington Oliveira

Programação Visual

Secretaria Especial de Comunicação Social – Núcleo de Criação e Marketing

Fotos

Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal – Arquivo Fotográfico

Impressão

Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Senado Federal

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Endereço: Anexo I – 11º Andar – Salas 1101 a 1110

Senado Federal – Brasília/DF – CEP 70 165-900

Telefone: (61) 3311-4846 – Fax: (61) 3311-4590

Home page: <http://www.senado.gov.br/tassojereissati>

E-mail: tasso.jereissati@senador.gov.br

Escritório em Fortaleza

Coordenação: Maria de Jesus Bertoldo

Endereço: Av. Dom Manoel, 929

Bairro: Centro

Telefone: (85) 3262-4510

CEP 60 060-090

Visite o Senado

Os cidadãos podem agendar visitas ao Senado pelos telefones (61) 3311-2149 e 3216-1771. O passeio é guiado por funcionários. Para grupos de até dez pessoas não é necessário agendar, exceto estrangeiros, para que seja providenciado tradutor. O acesso se dá pela rampa do Salão Negro e o tempo médio da visita é de 50 minutos. O serviço é gratuito e funciona todos os dias. As visitas são feitas a cada meia hora, das 9h30min às 17h.

Alô Cidadão

Central de relacionamento com o cidadão: 0800 61-2211

E-mail: alosenado@senado.gov.br

Fax: 0800 61-2210